

**REQUERIMENTO N° /2008
(Do Sr. Zezéu Ribeiro)**

“Requer, nos termos regimentais, a realização pela Comissão de Desenvolvimento Urbano da **IX Conferência das Cidades** da Câmara dos Deputados”.

Senhora Presidenta,

Requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário e atendidos os preceitos regimentais, que a Comissão de Desenvolvimento Urbano realize, neste ano de 2008, a nona edição da Conferência das Cidades da Câmara dos Deputados, com data e programação a serem definidas posteriormente. O tema do evento será “**Gestão Territorial das Cidades**”, tendo como eixos temáticos a questão metropolitana, os consórcios públicos, a implantação dos planos diretores participativos, o controle social sobre a política urbana, a regulamentação fundiária e o parcelamento do solo urbano.

JUSTIFICAÇÃO

Desde o ano 2000, faz parte do calendário desta Comissão e da própria Câmara dos Deputados a realização anual da Conferência das Cidades, evento este que tem se constituído em um dos principais fóruns de discussão da problemática urbana brasileira, assim como da agenda legislativa e da sociedade civil neste campo temático.

A última edição da Conferência tratou da “Reforma Urbana na América Latina: a produção legislativa e a relação parlamento-sociedade”, na qual se constatou que os problemas urbanos têm semelhanças na maioria dos países da região, sendo necessário rever os processos de gestão para que se

0F33594613

constituam cidades mais humanas, justas, sustentáveis e solidárias.

A cidade constituiu-se num espaço de intenso relacionamento humano, com níveis de interação complexos e diferenciados, verdadeiro fenômeno multidimensional que desafia a sensibilidade tanto do gestor público quanto da sociedade civil organizada na busca de estratégias para superação dos problemas urbanos no âmbito de uma gestão democrática. Isso pressupõe alterações substantivas nos padrões de produção e consumo na busca da sustentabilidade com inclusão social.

Trata-se de questões tão mais urgentes quanto mais se intensifica a interação espacial, econômica, social e cultural das cidades, dado que o estreitamento dos limites nem sempre se faz acompanhar de regras pactuadas no que respeita à gestão.

Nesse contexto, assuntos como a gestão metropolitana, os consórcios públicos, a implementação de planos diretores participativos, a regulamentação fundiária, o parcelamento do solo urbano, assim como o controle social sobre a gestão urbana e o espaço regional galgam um novo patamar de valoração.

Em síntese, a orientação é que a IX Conferência das Cidades da Câmara dos Deputados possa reunir representantes do parlamento, nos três níveis de governo, das organizações dos trabalhadores e empregados, entidades não-governamentais e, principalmente, do movimento popular que luta por reforma urbana para que se discuta com profundidade, qualidade e pluralismo os problemas acima apontados.

Diante da importância da proposta aqui apresentada, solicito aos nobres deputados apoio para aprovação do requerimento e que se associem aos trabalhos de organização do evento.

Sala das Comissões, de março de 2008.

ZEZÉU RIBEIRO
Deputado Federal PT/BA

0F33594613